

ANEXO



Discurso de Ódio em Plataformas de Redes Sociais após as eleições de 2022

Análise do Ecosistema da Informação (IEA) da população

**LGBTQIAP+
NEGRA**
da cidade do Rio de Janeiro

Sumário

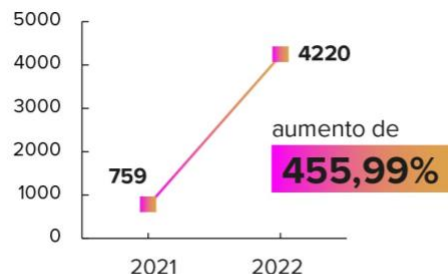
Resumo Executivo	2
O WhatsApp no Brasil: quando sair de um aplicativo nem sempre é uma opção	2
Racismo religioso: “Não é princesa, é macumbeira”	4
Misoginia: “Louca, doida e maluca”	5
Xenofobia: “Tem que passar fome até morrer”	6
Os ataques do dia 8 de janeiro de 2023	7
Considerações finais	9

Resumo Executivo

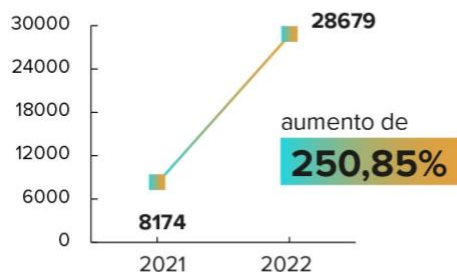
Este documento traz um breve panorama nacional do discurso de ódio após as eleições de 2022 no Brasil, trazendo similaridades e diferenças em relação ao cenário local do Rio de Janeiro analisado ao longo do IEA. Focamos nas três frentes de discurso de ódio que mais cresceram no país nesse mesmo ano:



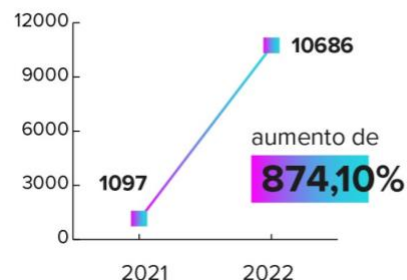
(a) Intolerância religiosa,
mais especificamente
o racismo religioso



**(b) misoginia
ou opressão às
mulheres**



(c) xenofobia,
particularmente contra a
população oriunda da
região Nordeste
– legalmente enquadrada
como crime de racismo



Fonte: <https://new.safernet.org.br/content/crimes-de-odio-tem-crescimento-de-ate-650-no-primeiro-semester-de-2022>

Em todas as frentes, esses discursos foram, total ou parcialmente, incentivados ou endossados por figuras públicas e seus apoiadores – confirmando achados do IEA. Por trás de cada um desses três eixos, ativistas radicais justificam seus chamados à violência para, respectivamente, evitar uma possível [guerra civil](#) decorrente da polarização política, vencer uma [guerra espiritual](#) antes que cristãos sejam vitimados por “adoradores do demônio” e denunciar uma [guerra cultural](#) que estaria destruindo a verdadeira masculinidade. Antes de abordar essas três dimensões, passamos brevemente por dados envolvendo o WhatsApp em âmbito nacional, que ajudam a entender algumas colocações feitas ao longo do IEA – no qual o WhatsApp aparece como um dos principais canais utilizados pela população LGBTQIAP+ no Rio de Janeiro.

O WhatsApp no Brasil: quando sair de um aplicativo nem sempre é uma opção

O IEA aponta um cenário marcado por discursos de ódio e pela deterioração da saúde mental paralelamente ao acirramento da polarização política, e em que plataformas de redes sociais online têm um papel importante. Utilizado 99,8% da população do país, o WhatsApp se transformou em um aplicativo que perpassa todas as esferas da vida cotidiana e é utilizado diariamente por 97% de seus [usuários](#). Depois da eleição presidencial, ideias como a de que “[homossexuais são consequência de experimentos com vacinas](#)”, “[tiraram uma serva de Deus para colocar uma candomblecista](#)”, “[as mulheres devem adaptar-se aos propósitos dos homens](#)” e “[nordestinos deveriam passar fome até a morte para aprender a votar](#)”, são exemplos do tipo de mensagem que pode atingir a quase totalidade da população do país através do aplicativo, mesmo considerando as dificuldades no acesso à internet. Correntes encaminhadas para grupos de família e amigos no WhatsApp – invisíveis ao escrutínio público devido a estrutura do aplicativo – **trouxeram mensagens**

carregadas de discurso de ódio ao longo do pleito de 2022 e foram usadas para recrutar pessoas que foram na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

No entanto, pesquisas recentes como os dois volumes de [‘Os Vetores Da Comunicação Política Em Aplicativos De Mensagens’](#) (InternetLab/Rede Conhecimento Social) indicam que diferentemente do Messenger do Instagram (utilizado por 67% dos entrevistados) e Messenger Facebook (utilizado por 69%),

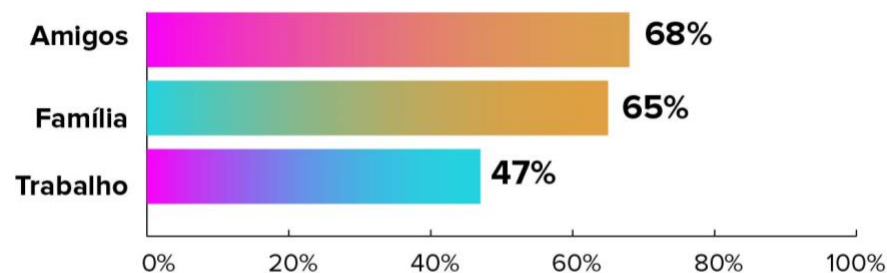


a maior parte das pessoas teria dificuldades para sair do WhatsApp (utilizado por **99,8%**) em períodos eleitorais. [Pesquisa Nacional Datafolha](#) no início de 2022 indicava um percentual menor, de **92%**, mas mantinha o aplicativo na liderança e ultrapassando a marca de 90%.

Isso ocorre pela ubiquidade do aplicativo em questões de trabalho e família, que perpassa diversas relações sociais cotidianamente. Refletindo, especificamente sobre mensagens homofóbicas e relacionadas ao racismo religioso mencionadas no IEA, há três fatores que – associados ao ativismo de lideranças religiosas de extrema direita – podem nos ajudar a compreender a relevância desse aplicativo. Embora o aplicativo não disponibilize dados sobre os tipos de grupos em que pessoas estão e seus comportamentos, a pesquisa do InternetLab/ Rede Conhecimento Social citada anteriormente indica que:

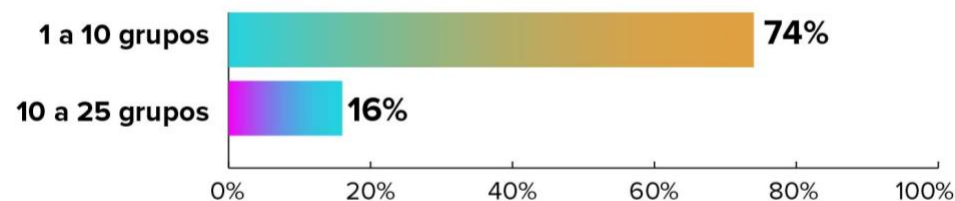
- aplicativos como WhatsApp perpassam trabalho, igreja, família, compras, ligações telefônicas gratuitas, entre outras funções, sendo difícil mensurar sua importância ou evitar sua utilização;

• A maioria dos grupos em que pessoas estão no aplicativo são



No entanto, vale notar que uma em cada quatro pessoas (**24%**) está em grupos ligados à religião ou espiritualidade.

• As pessoas são membros de



Garantindo com isto um fluxo de informações repassadas de um grupo para outros

Considerando a relevância das [matrizes neopentecostais e católicas conservadoras, bem como o alinhamento entre suas maiores lideranças e o candidato Jair Bolsonaro](#), o constante incentivo a [discriminações por algumas lideranças religiosas contra pessoas LGBTQIAP+](#) e religiões de matriz africana se torna ainda mais problemática. Embora apenas uma em cada quatro pessoas esteja em grupos religiosos, o fato de cada uma delas poder estar em dezenas de outros grupos permite a circulação dessas mensagens que,

eventualmente, podem entrar nos grupos de família e amigos em que mais de 60% das pessoas estão. Esse cenário, no entanto, é apenas indicativo de um problema mais amplo, atingindo eleitores em diferentes esferas.

Racismo religioso: “não é princesa, é macumbeira”.



“Tiraram uma mulher de oração e colocaram no papel de primeira dama uma candomblecista! Deus tenha piedade de nossa nação! Vai levar maldição pro Brasil. Vai ter mais coisas ruins no Brasil!”

A **mobilização do racismo religioso** como **arma eleitoral** ajuda a explicar por que esse tópico aparece no IEA como uma tendência constante no período eleitoral em 2022. Considerando as denúncias de intolerância religiosa, **as religiões mais atingidas são as de matriz africana, indicando a relação entre intolerância e racismo religioso**. Mapeamentos como [“Respeite o meu Terreiro](#) ouviram lideranças de 255 comunidades tradicionais e terreiros, e



78%

dos entrevistados relataram que membros de suas comunidades **já sofreram algum tipo de violência – física ou verbal – por racismo religioso**.

A citação que abre este tópico foi compartilhada em aplicativos de mensageria privada como WhatsApp, tendo como alvo a socióloga Rosângela Silva “Janja”, esposa do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva – vale notar que **seis em cada**

dez vítimas de intolerância religiosa em 2022 eram mulheres. [As mensagens ofensivas contra Janja ocorriam em meio a comparações entre ela](#) e a então “primeira-dama cristã” Michelle Bolsonaro, **indicando uma das linhas mais importantes do discurso de ódio em 2022**. Afirmações similares como “Janja não é princesa, é macumbeira” apareceram em redes como Twitter, acusando-a erroneamente de esconder fotos em que ela se veste de branco próximo a imagens de [Orixás](#) – na verdade, Janja abriu seu Instagram, com fotos em que participa de **cerimônias para Iansã**, como resposta a uma postagem preconceituosa em que Michele Bolsonaro reclama por não poder “falar de Deus” enquanto Lula poderia frequentar [rituais de matriz africana](#). O incentivo à comparação entre as primeiras-damas e afirmação de que, diferente de Janja, [Michele seria uma princesa](#), vieram do então presidente Jair Bolsonaro na cerimônia de 200 anos de independência do Brasil.

Posteriormente, lideranças religiosas lamentavam o resultado da eleição afirmando que estavam tirando uma “mulher de Deus” para colocar uma “macumbeira” (modo muitas vezes pejorativo de se referir a praticantes de Umbanda e Candomblé). Vídeos circulando no WhatsApp mostravam grupos de pessoas vestidas de branco – vestes associadas a cerimônias de religiões de matriz africana – próximo a cemitérios, insinuando que elas estavam trabalhando para que **forças maléficas** definissem o resultado das eleições, em contraposição a evangélicos e católicos conservadores que estariam rezando.

Vale notar que algumas lideranças evangélicas online **não fazem seus cultos em igrejas físicas**, apenas vídeos **em canais do YouTube e outras redes sociais online**. Seu financiamento pode prover da **monetização de acessos** aos vídeos, venda de livros ou cursos online. Em alguns deles, pastores e pastoras afirmam ter tido “revelações” nas quais **Deus teria decidido punir o Brasil** por conta [do resultado das eleições e caberia aos fiéis impedir que o resultado se concretizasse, ou que viam](#) “demônios entrando em instituições” do país. A ideia de uma “**luta do bem contra o mal**” é evocada como se adversários políticos fossem

também inimigos existenciais e religiosos, transformando a polarização política em uma espécie de “guerra santa”. Pastores chegaram a exigir que o presidente convocasse o Exército para ação antes da [tentativa de golpe malsucedida em janeiro](#), fazer propostas de ação contra o resultado das eleições de 2022 e participar da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023. Essas lideranças afetam diretamente os fiéis: pesquisa Atlas/Intel divulgada no dia 10 de janeiro indica que cerca de



dois em cada três evangélicos creem que Lula não teria ganhado a eleição e [o resultado seria uma fraude](#), sendo 64,3% deles favoráveis a um golpe militar. Redes sociais tiveram um papel relevante nas invasões em Brasília, como indicado por análises feitas em [tempo real](#).

Misoginia: “Louca, doida e maluca”



“Você tem 24 horas para retirar seu conteúdo sobre mim. Depois disso, processo ou bala. Você escolhe”.
Mensagem do ‘coach de masculinidade’ Thiago Schutz.

Após postar um vídeo no Instagram no dia 13 de fevereiro em que ironiza falas misóginas e homofóbicas ditas pelo [coach de masculinidade](#) Thiago Schutz, a atriz Livia La Gatto recebeu a ameaça acima. Em entrevistas, o coach defende ideias como a de que “o propósito do homem está sempre acima do propósito da mulher, a mulher apoia meu propósito se ela quiser estar comigo. Eu vou ajudar ela naquilo que eu puder, mas eu tenho que ter certeza que ela entende que o **meu propósito é maior do que o dela na vida**”. Ele é

um dos influenciadores do [pensamento conhecido](#) como ‘Red Pill’, perpassando ideias como a classificação de mulheres por escala de valores definidos por homens – em que mulheres lésbicas e trans estariam longe do padrão imposto por estes grupos –, a submissão dentro de uma relação e a ideia de que mulheres têm problemas de caráter e são manipuladoras. [Assim como pastores que monetizam conteúdo nocivo, esse grupo tem ganhado espaço vendendo livros, cursos e monetizando suas ideias online.](#)

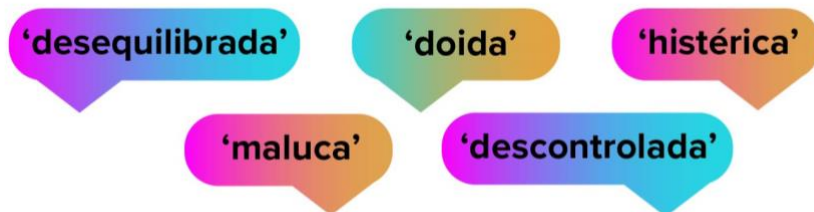
A imagem de homens provedores e másculos, que deveriam se provar como tal, supera a misoginia e atinge pessoas LGBTQIAP+. Por trás dessa defesa, há a ideia de que uma **guerra cultural** estaria sendo vencida pelo feminismo e retirando dos homens o que seria seu ‘papel natural’, fazendo com que ‘despertar’ mais pessoas para **retomada da masculinidade** seja entendido como uma questão de sobrevivência. Embora essa seja a face mais radical e explícita da misoginia online, boa parte dos ataques é mais sutil e aceito socialmente.

É emblemático que políticos como Jair Bolsonaro incentivem apoiadores a **comparar publicamente as esposas** dos dois principais candidatos à Presidência da República, [fazendo com que ambas fossem alvos de ataques](#): Janja chamada de ‘vagabunda’ e Michelle Bolsonaro de ‘biscate’. A figura institucional da ‘primeira-dama’ também foi evocada em insinuações consideradas **homofóbicas** no pleito para governador no Rio Grande do Sul, em que um candidato hétero afirmou que se ele fosse eleito o estado teria “um governador e [uma primeira-dama de verdade](#)”. Vale lembrar que o Deputado Federal mais votado em 2022, Nikolas Ferreira, [é conhecido pelo seu comportamento transfóbico](#).

Embora essa tenha sido a primeira eleição com a **Lei de Combate à Violência Política Contra Mulher** em vigência, as candidatas mulheres foram alvo de uma série de ataques, particularmente associados [a capacidades mentais](#). No Twitter, monitoramento feito pelo [MonitorA](#) identificou

4.468 ataques/insultos

destinados a **97 delas**, com mais de **500 aparições de termos** como



Além de ataques ligados à misoginia (41,94% do total), há também [desumanização em que mulheres](#) são associadas a animais – (17,02%), e inferiorização (10,48%).

Embora o ambiente político seja marcado majoritariamente por candidatos brancos e, portanto, estes sejam maioria nos exemplos eleitorais, as maiores vítimas de violência psicológica são [mulheres negras de baixa escolaridade, com filhos e divorciadas](#), considerando a população nacional. [Análises sobre ataques a jornalistas](#) confirmam diferenças entre tipos de **ataques sofridos por jornalistas mulheres** e homens, e também entre [jornalistas brancas e negras](#). Esse cenário vai além da eleição e reflete o [aumento recorde de feminicídios em 2022](#), baixa de repasses para combate à violência contra mulher e aumento da violência doméstica, em que 28,9% das brasileiras sofreram algum tipo de [violência de gênero](#).

Xenofobia: “Tem que passar fome até morrer”



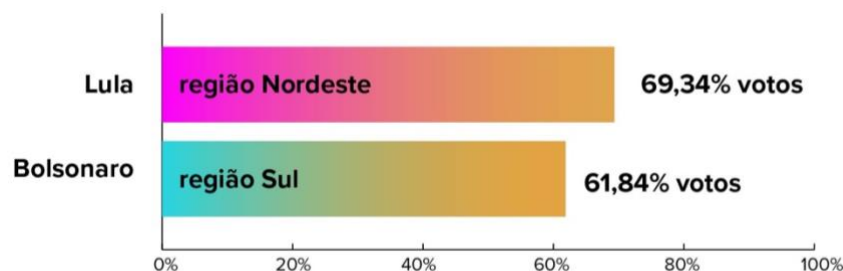
“Povo do Sul tem juízo, agora o Nordeste se fizer isso tem que passar fome! Tem que passar, daí tem que passar (...) tem que morrer de fome! Tem que morrer com a cabeça chata e com fome!”

Amaury Castanho, candidato a deputado estadual pelo Paraná na série [Extremistas.br](#).

O termo “**cabeça chata**” é um dos modos depreciativos de se referir à população do Nordeste e o tipo de discurso acima apareceu em diferentes plataformas de redes sociais online após o segundo turno da eleição de 2022, ano em que o Superior Tribunal de Justiça determinou que “discriminar brasileiros que vivem no Nordeste em razão de sua procedência configura [crime de racismo](#) previsto no art. 20 da Lei 7.716/89”. O ano trouxe um **aumento de 874%** nas [denúncias de xenofobia](#) na internet. Estados como a Bahia foram determinantes para a vitória de Lula – 72,12% de seus mais de 11,28 milhões de eleitores votaram no candidato, porcentagem apenas ultrapassada pelos 76,86% do também nordestino Piauí, que possui apenas 2,57 milhões de eleitores. A capital do estado da Bahia é apontada como a [cidade mais negra fora da África](#), conhecida por sua cultura, culinária e religiões fortemente influenciadas por matrizes africanas, fazendo com que a xenofobia seja reforçada pelo racismo religioso.

Ataques e o discurso de ódio associado a pessoas da região Nordeste em períodos eleitorais ocorrem há mais de uma década. Ainda nas eleições de 2010, tweets afirmando que “Nordestino não é gente, faça um favor a Sp, [mate um nordestino afogado!](#)” tiveram retweets e renderam condenações penais aos autores. Vale lembrar que todos os candidatos a presidente mais votados em estados no Paraná entre 2006 e 2014 foram derrotados a nível nacional com a ajuda do voto massivo do Nordeste para os candidatos adversários.

Em 2022, Lula teve 69,34% dos votos da região Nordeste e Jair Bolsonaro 61,84% da região Sul, [marcando dois polos da divisão política que assola o país](#).



Denúncias de que forças policiais simpáticas ao governo em 2022 estariam parando carros e **atrapalhando a votação em regiões do Nordeste** indicam que esse discurso vai além do simples preconceito de alguns eleitores. Declarações [como a de que o voto nordestino é o voto dos analfabetos](#) diferente do voto do Sul, feito por figuras de grande alcance nacional, incentiva esse tipo de clivagem. A ideia de que o país está dividido e o Sul seria superior é algumas vezes associada à promessa de uma **guerra civil** caso os resultados das urnas não sejam alterados, particularmente antes da tentativa fracassada de tomada de poder no dia 8 de janeiro de 2023. Entre os ataques denunciados, estão apelos para que pessoas parem de viajar para atrações turísticas no Nordeste, marcação [de lojas cujos donos tenham votado no PT](#) para retaliações, e para que empresários demitam eleitores do PT.

Os ataques do dia 8 de janeiro de 2023

Esse tópico é baseado em pesquisas e reportagens sobre a invasão e depredação das sedes dos três poderes no Brasil no dia 8 de janeiro de 2023, feitas por manifestantes [golpistas](#) que se opunham ao resultado das eleições presidenciais.

Os ataques foram transmitidos ao vivo através do YouTube, Instagram, Facebook e TikTok, alcançando milhões de visualizações em um único dia, como indicado por relatório da ONG [SumOfUs](#). Mobilizados principalmente por [WhatsApp e Telegram](#), sua organização contou com mapas compartilhados online com os termos “[Festa da Selma](#)” (termo para invasão a Brasília) e “Viagem para Praia” (termo para refinarias e distribuidoras estratégicas para bloquear o país) circularam em grupos do Telegram indicando planejamento das ações.

Em grupos do Telegram como “Caça e Pesca”, que mobilizou pessoas para os eventos, houve convocação dos CACs (pessoas com registro de Caçadores, Atiradores e Colecionadores que tiveram acesso a armas facilitado no governo Bolsonaro) para “[darem suporte aos que estão nas refinarias, distribuidoras e em frente aos 3 poderes](#)”. Após intervenção federal na polícia do [Distrito Federal](#) – em que esta passa a responder ao governo federal e não mais ao distrital – a invasão foi contida, pessoas expulsas dos prédios das sedes dos poderes e mais de [1.400 detidas](#) (a maioria liberada com ou sem condicionantes). O então secretário de segurança do Distrito Federal foi exonerado e, posteriormente, preso preventivamente por [indícios de conivência](#) com os atos golpistas.

Seguindo artigo publicado na [Lawfare - Hard National Security Choices](#) há pelo menos seis lições identificadas a partir das similaridades entre as invasões de 8 de janeiro no Brasil e o ataque ao Capitólio dos Estados Unidos em 6 de janeiro de 2021: (i) a centralidade de plataformas de redes sociais

online para mobilização de extremistas; (ii) a necessidade de esforços para defesa da integridade eleitoral para além do dia das eleições; (iii) pessoas agindo em aplicativos sem algoritmos são tão importantes quanto os algoritmos de plataformas de redes sociais online na difusão de informações falsas e mobilização de ativistas; (iv) plataformas precisam desenvolver respostas mais rápidas e robustas para moderar conteúdos atentando contra instituições democráticas; (v) o incentivo à violência baseado em informações falsas é um fenômeno essencialmente cross/multiplataformas; (vi) a solução para essas questões envolve escolhas políticas que implicam possíveis efeitos colaterais, sem opção livre de problemas.

[Monitoramento em tempo real](#) feito pelo projeto Democracia em Xequé indica que as principais hashtags utilizadas em postagens de redes sociais foram relacionadas a #brazilianspring, colocando a invasão dos três poderes como ato heroico, juntamente com chamados para #grevegeral, ataques contra o Supremo Tribunal Federal #stfvergonhanacional, ataques a Lula e chamados às Forças Armadas. Há também hashtags pedindo a desmonetização da Jovem Pan e indicando a cobertura em tempo real da GloboNews. O principal alvo de ataques nas redes foram Alexandre de Moraes – juiz do Supremo Tribunal Federal e um dos juizes que esteve a frente do Tribunal Superior Eleitoral em 2022 – e o presidente Lula.



Figura 1 - Democracia em Xequé - Brasília Riots - Repercussions between 6:00pm-11:00pm [January 8th]

Mensagens de ódio foram direcionadas principalmente contra Moraes, que esteve à frente de inquéritos contra as chamadas milícias digitais e também contra Fake News e, quando a frente do [Tribunal Superior Eleitoral](#), tomou medidas consideradas agressivas contra divulgação de informações falsas. Uma advogada do Rio Grande do Sul chegou a fazer postagem incitando o [estupro das filhas do ministro](#), confirmando apontamentos do IEA sobre a misoginia sendo um discurso de ódio recorrente.

Sua atuação no Tribunal Superior Eleitoral em defesa da legitimidade das eleições e buscando punições aos divulgadores de informações falsas sobre as urnas causou alvoroço entre bolsonaristas que contestavam o pleito. O ministro chegou a determinar a [remoção de 135 publicações](#) com informações falsas sobre o processo eleitoral.

Depois de atos golpistas de 8 de janeiro, a decisão de remover o influenciador Monark de todas as plataformas de redes sociais online – ordem não seguida pela [plataforma](#) Rumble, popular na direita – [gerou debates](#) sobre os limites das ações judiciais quanto ao acesso de pessoas às suas redes sociais online. Monitoramento do projeto [Democracia em Xequê](#) indica que Monark e Carlos Jordy foram os perfis simpáticos aos atos de 8 de janeiro com maior influência durante os acontecimentos.

Mobilizações de grupos como Sleeping Giants com a hashtag #DesmonetizaJovemPan fizeram a emissora – em que comentaristas chegaram a culpar o próprio Supremo Tribunal Federal pelas invasões e destruição em Brasília – perder [838 mil reais em anúncios](#). Conjuntamente, os canais desmonetizados devido a decisão do Tribunal Superior Eleitoral respondendo

a ataques ao sistema eleitoral desde agosto de 2021 somam uma perda [3,1 milhões de reais](#).

Além da desmonetização, organizações da sociedade civil têm discutido – sem chegar a consensos – a possibilidade e os limites da [regulação das plataformas](#). A discussão precisa balancear, por um lado, o chamado “dever de cuidado” das plataformas e sua responsabilidade e, por outro, os limites à responsabilização destas pelo que terceiros postam utilizando seus serviços de acordo com o Marco Civil da Internet.

Considerações finais

Considerando o cenário exposto ao longo deste documento, concluímos que os **discursos de ódio** relacionados ao **racismo religioso**, **misoginia** e **xenofobia** indicam um problema maior e mais profundo relacionado à **não aceitação de diferenças** dentro do convívio **democrático**. Como indicado ao longo do documento, a ideia de que discordâncias são parte de uma **guerra** e a relação de parte dos atores por trás de discursos de ódio e os ataques de 8 de janeiro apontam uma ameaça **não só** a grupos específicos, mas à **própria democracia do país**.

No tocante às **plataformas**, por um lado a transmissão ao vivo dos atos e a demora em retirá-las do ar indicam o **potencial problemático** e atores radicais na plataforma. Por outro, a presença desses atores em aplicativos como WhatsApp e Telegram (em que sua influência não depende de **algoritmos de visibilidade**) aponta para um debate **mais complexo** do que a simples indicação dos algoritmos de plataformas de redes sociais online como culpados. A rede de **influenciadores** ligados à propagação de **discursos de ódio** muitas vezes concorre a cargos eletivos – como no caso do deputado [Nikolas Ferreira – e](#)

[ameaça dar suporte institucional a seus argumentos](#) Uma vez excluído das principais plataformas, **Monark migrou** para plataformas de nicho em que seu perfil continua ativo, apontando um problema em que ações eficazes envolvem o **conjunto de plataformas** de redes sociais online.

A possibilidade de **monetização** e **ganhos econômicos** diretos – seja com ganhos por acesso, patrocínio, venda de livros ou cultos online – aparece como fator que mantém atores interessados na difusão de discursos de ódio online. Iniciativas de **patrocinadores** que retiram seu apoio a marcas denunciadas pelo **Sleeping Giants** foram responsáveis por prejuízos expressivos aos atores envolvidos com o incentivo ou conivência com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, apontando um caminho viável para mobilização eficaz da **sociedade civil** em torno desta pauta. Como **recomendação**, essa é uma linha **promissora** e capaz de mobilizar o **conjunto da sociedade civil** para **denunciar** atores relacionados ao discurso de ódio que recebem anúncios e apelar diretamente às **empresas** anunciantes para que removam seu suporte, **independentemente** da posição das plataformas de redes sociais online.

Este texto é um anexo ao Análise do Ecosistema da Informação (IEA) da população LGBTQIAP+ negra da cidade do Rio de Janeiro (2023) escrito por João Guilherme Bastos dos Santos e terminando em 15 de março de 2023.





Análise do
Ecossistema
da Informação
(IEA)
da população



LGBTQIAP+
NEGRA
da cidade do Rio de Janeiro